

**DISCRIMINAÇÃO RACIAL: REFLEXOS NO PROCESSO DE ENSINO-
APRENDIZAGEM E NA CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DO ALUNO**

***RACIAL DISCRIMINATION: REFLECTIONS IN THE TEACHING-LEARNING AND
IDENTITY CONSTRUCTION OF THE STUDENT***

Daiana da Costa Clasto¹

José Pedro Toniosso²

RESUMO

A discriminação racial está presente no cotidiano escolar e influencia negativamente no processo de ensino-aprendizagem e na vida pessoal do aluno, situação que exige da escola o desenvolvimento de ações e intervenções que possam combater conflitos raciais e, ao mesmo tempo, promover a inclusão. Neste sentido, o presente trabalho objetiva analisar tal influência na aprendizagem e no desenvolvimento do aluno e os desafios para suprimir as práticas excludentes em sala de aula. Para a fundamentação teórica da pesquisa, recorreu-se a referenciais como Andrade (2005), Gomes (2005), Lopes (2007) e Silva (2008), enquanto que a pesquisa de campo desenvolveu-se por meio da aplicação de questionário a professores de uma escola dos anos iniciais do ensino fundamental do município de Monte Azul Paulista/SP. Por meio da análise acerca da percepção do grupo de professores colaboradores sobre a temática deste estudo, observou-se a necessidade de associar a prática docente com o combate à discriminação, demanda que exige a qualificação dos profissionais da educação para que possam desenvolver ações educativas no cotidiano escolar, bem como promover intervenções quando necessário. Conclui-se que a abordagem da referida temática é de suma

¹ Graduação em Pedagogia no Centro Universitário UNIFAFIBE de Bebedouro, SP. E-mail: daiana.map@hotmail.com

² Professor Mestre no Centro Universitário UNIFAFIBE de Bebedouro, SP. E-mail: jptoniosso@gmail.com

importância, tendo em vista a necessidade de se ampliar o conhecimento sobre os efeitos das ações discriminatórias presentes na sala de aula e na vida do aluno.

Palavras-chave: Discriminação. Preconceito. Racismo. Aprendizagem.

ABSTRACT

Racial discrimination is present in daily school life and negatively influences the teaching-learning process and in pupil's personal life, a situation that requires the school to develop actions and interventions that can combat racial conflicts and, at the same time, promote inclusion. In this sense, the present work aims to analyze such influence on student learning and the development and the challenges of suppressing exclusionary practices in the classroom. For the theoretical basis of research, reference was made to such references as Andrade (2005), Gomes (2005) and Silva (2008), while the field research was developed through the application of a questionnaire to teachers of early years of elementary school. Through the analysis of the perception of the group of collaborating teachers about the theme of this study, it was observed the need to associate teaching practice with the fight against discrimination, a demand that requires the qualification of education professionals so that they can develop educational actions in the daily school, as well as promoting interventions when necessary. It is concluded that the approach of this subject is of paramount importance, in view of the need to increase the knowledge about the effects of the discriminatory actions present in the classroom and in student's life.

Keywords: Discrimination. Preconception. Racism. Learning.

1 INTRODUÇÃO

A diversidade cultural é um tema atual e pertinente nos mais variados espaços de convivência coletiva da sociedade, como: ambientes de trabalho, de lazer, e, principalmente, ambiente escolar. Diante disso, a instituição tem um papel fundamental a desempenhar na construção da compreensão da diversidade em seus alunos, bem como, ensiná-los sobre o conceito de discriminação e preconceito de modo a evitar atitudes discriminatórias entre eles.

O presente artigo está dividido em três partes e objetivou analisar a influência da discriminação racial na aprendizagem e no desenvolvimento do aluno e os desafios de suprimir as práticas excludentes em sala de aula.

Na primeira seção são abordadas as origens históricas da discriminação racial no Brasil, enfatizando a relação da identidade e inferioridade étnico-social africana ligada às ideias de escravidão, além de apresentar a distinção entre discriminação, racismo e preconceito, os quais são termos intimamente interligados entre si.

Na segunda seção foram apresentadas as formas de discriminação presentes na escola, analisando suas manifestações e consequências, bem como, a influência que a prática reproduz na construção da identidade do aluno.

Na terceira e última seção se apresenta um estudo de caso, no qual foram analisadas as percepções de docentes acerca das práticas discriminatórias na sala de aula em uma escola dos anos iniciais do Ensino Fundamental do município de Monte Azul Paulista, SP. Portanto, a significância da proposta investigada visa salientar uma contribuição para fomentar os profissionais da educação, os familiares e toda a comunidade a fim de possibilitar uma educação inclusiva e direcionada a suprimir a discriminação.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Discriminação Racial no Brasil: origens e significados: discriminação, racismo, preconceito.

2.1.1 Origens

O Brasil é um país rico em diversidade étnica e cultural. Coexistem no país culturas singulares ligadas à identidade de origens de diferentes grupos étnicos e culturais. Convivem hoje no território nacional 206 etnias indígenas, além de uma imensa população formada pelos descendentes de africanos e um grupo igualmente numeroso de imigrantes e descendentes dos povos originários de diferentes tradições culturais e de diferentes religiões. O Brasil apresenta heterogeneidade

notável em sua composição populacional, a diversidade marca a vida social brasileira (SOUZA; MOTTA, 2002, p. 42).

Segundo Nascimento (2001, p. 119), no imaginário social brasileiro, a identidade de origem africana é intimamente ligada às ideias de escravidão; trabalho braçal; inferioridade intelectual; atraso tecnológico; falta de desenvolvimento cultural, moral, ético e estético e até mesmo, a ausência de desenvolvimento linguístico, já que as línguas africanas são tidas como “dialetos”. Neste contexto, podemos dizer que se iniciou um processo da discriminação racial logo com a chegada dos portugueses no Brasil ainda no século XVI.

Somente no final do século XIX é que a escravidão foi mundialmente proibida, sendo que no Brasil a abolição se deu oficialmente apenas em 13 de maio de 1888, com a promulgação da Lei Áurea, pela Princesa Isabel, deixando um saldo de mais de três séculos de escravidão negra no país. Contudo, segundo Santos (2001, p. 98), o fim do regime escravista não aboliu por completo a visão que hierarquiza as culturas e classifica as pessoas mediante a cor da pele, o formato do nariz, a cor dos olhos e a textura dos cabelos.

Já vimos que após a abolição formal foi construído um ideário para legitimar o preconceito e a discriminação racial contra os negros. A partir de 1888, a cor passou a ser um critério importante de seleção dos trabalhadores livres. Os brancos foram considerados trabalhadores melhores do que os negros. O branco passou a ser preferido nas “profissões nobres”. Enquanto isso sobrava para os negros o “trabalho humilhante”, rejeitado pelos brancos como “trabalho sujo”, “trabalho de serviços” (VALENTE, 1998, p. 38).

Não estamos falando de uma minoria quantitativa. Falamos de quase metade da população brasileira, que se encontra nas funções de trabalho menos qualificadas, recebendo salários inferiores aos brancos, para desempenhar a mesma função e em alguns casos com um nível de escolarização superior (SANTOS, 2001, p. 99-100).

Ao longo da nossa formação histórica, marcada pela colonização, pela escravidão e pelo autoritarismo, o imaginário social construído sobre o negro não foi o mais positivo. Esse imaginário possibilitou a incorporação de teorias raciais repletas de um suposto cientificismo que por muito tempo atestaram a inferioridade

das pessoas negras, a degenerescência do mestiço, o ideal do branqueamento, a primitividade da cultura negra e a democracia racial (GOMES, 2001, p.88).

Resumidamente essa passagem histórica mostra o quanto os negros foram discriminados e explorados na época da escravidão no Brasil e o quanto tiveram sua integridade violada por outra raça que se julgavam superior a eles. Reproduzindo até a atualidade, a discriminação racial e de modo consequente social, mesmo que o racismo tenha se tornado uma prática proibida há algum tempo atrás.

Conforme Valente (1998), nem tudo é igual ao que era durante a escravidão, mas as formas de opressão que atuavam sobre os negros perduraram com novas roupagens ou, poderíamos dizer, o papel da opressão foi refuncionalizado.

É fato que a escravidão deixou como legado a desigualdade social e econômica no Brasil, marcou fixamente como um povo que tem desigualdade enraizada em sua cultura. Porém, a discriminação racial que ainda existe, apesar de sua forte relação com o passado escravocrata, não é um fator determinante para a explicação dessa prática. A situação atual tem a ver com o passado escravocrata – porém explicá-la com o argumento de que os negros estão embaixo porque foram escravos é uma tentativa de simplificação do problema e de isenção de culpa (VALENTE, 1998, p. 37).

Além disso, a discriminação, por sua vez, pode ter várias origens dependendo da formação de cada um. Nessa concepção, muitos pesquisadores acreditam que o ambiente no qual estamos inseridos pode despertar essa atitude discriminatória, uma vez que nosso pensamento pode ser moldado por grupos e pessoas que nos relacionamos no cotidiano.

2.1.2 Distinção Entre Os Termos Discriminação, Racismo, Preconceito

É perceptível que existe imprecisão sobre o significado e distinção entre discriminação, racismo e preconceito. Embora sejam palavras que estão relacionadas entre si, existe uma diferença conceitual entre elas.

Conforme o documento Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-raciais (BRASIL, 2006, p.215-17), “discriminação racial é uma ação, atitude

ou manifestação contra uma pessoa ou grupo de pessoas em razão da sua “cor”. Geralmente, o sujeito que comete isso tenta diminuir os outros para valorizar a si mesmo, considerando que certas características que uma pessoa tem, é motivo suficiente para que ela não possua os mesmos direitos.

A discriminação [...] é a materialização da crença racista em atitudes que efetivamente limitam ou impedem o desenvolvimento humano pleno das pessoas pertencentes ao grupo discriminado e mantêm os privilégios dos membros do grupo discriminador à custa do prejuízo dos participantes do grupo discriminado (SILVA, 2001, p 75).

O racismo é o conjunto de teorias, crenças e práticas que estabelecem uma hierarquia entre as raças. (BRASIL, 2006, p.215-17). Uma pessoa racista acredita na existência de uma raça superior a outra, baseando-se na ideologia da superioridade.

[...] o racismo é uma ilusão de superioridade. O racista se acha superior àquele a quem se compara: ele nasceu pra mandar e o outro, visto como inferior a ele, para obedecer. O racismo, então, é antes de tudo é uma expressão de desprezo por uma pessoa. Às vezes não por causa de suas características, mas por aquela pessoa pertencer a outro grupo (LOPES, 2007, p. 19-20).

Segundo Silva (2001, p. 77), o racismo é uma expressão ampla que abrange, além do preconceito, hostilidade, discriminação, segregação e outras ações negativas manifestadas em relação a um grupo racial/étnico. Nos dias atuais, o racismo tem se manifestado de maneira evidente, quando se tenta negar a humanidade das pessoas negras, comparando-as por meio de seus atributos físicos a coisas, doenças e animais. Essas comparações são naturalizadas na cultura brasileira, ou seja, de tanto inferiorizar as pessoas negras com apelidos, “piadinhas” e gracejos (...) todo o mundo passa a achar que isso é engraçado, louvável e quem se indigna é neurótico/a” (SILVA, 2001, p 76-77).

Já o preconceito, conforme BRASIL (2006, p.215-17), significa atitude desfavorável para com um grupo ou indivíduos que nele se inserem, baseada não em seus atributos reais, mas em ideias preconcebidas.

[...] Quem não ouviu ou se referiu a uma situação desagradável com expressão “a coisa tá preta”; o cabelo afro como “cabelo ruim”; “as únicas coisas de quem os negros entendem são musica e esporte”, entre outras.

São frases preconceituosas presentes na linguagem cotidiana da população (BRASIL, 2006, p. 23).

É uma posição psicológica que acentua sentimentos e atitudes endereçados a um grupo como um todo, ou a um indivíduo por ser membro dele (SILVA, 2001, p. 75). A ideia do preconceito refere-se, então, a uma opinião que formamos das pessoas antes mesmo de conhecê-las. No mundo atual, o preconceito racial é o mais comum e o mais preocupante, já que visa uma segregação racial, que leva ao racismo.

Em vista do que foi mencionado, observa-se que estes conceitos estão interligados. De acordo com essas definições, o preconceito se expressa na sociedade, mas não necessariamente segrega ou discrimina; já a discriminação baseada em certos preconceitos, ocasiona a separação de grupos ou pessoas. Por fim, o racismo produz ódio entre grupos e indivíduos, causando até muitas das vezes, a morte. Desta forma, todas essas formas levam à exclusão social, não aceitar as pessoas em locais públicos, ambientes de trabalhos e escolares, entre outros.

2.2 DISCRIMINAÇÃO NA ESCOLA

2.2.1 Como ela se faz presente e se manifesta

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2004), “as formas de discriminação de qualquer natureza não têm o seu nascedouro na escola, porém o racismo, as desigualdades e discriminações correntes na sociedade perpassam por ali”. O racismo, segundo o Artigo 5º da Constituição Brasileira, é crime inafiançável e isso se aplica a todos os cidadãos e instituições, entretanto, não é o suficiente para evitar que formas de discriminação e preconceito sejam praticadas no meio, inclusive e principalmente, na escola.

A discriminação racial presente nas escolas acarreta nos alunos uma grandeza de dificuldades e repulsa, interferindo no seu processo de ensino aprendizagem, no desenvolvimento e construção da sua personalidade.

O sistema educacional brasileiro, da mesma forma que as demais instituições sociais, está repleto de práticas racistas, discriminatórias e preconceituosas, o que gesta, em muitos momentos, um cotidiano escolar prejudicial para o desenvolvimento emocional e cognitivo de todas as crianças e adolescentes, em especial às consideradas diferentes – com destaque para os pertencentes à população negra (CAVALLEIRO, 1998).

Em consonância com o autor acima, a existência do racismo, do preconceito e da discriminação racial no cotidiano escolar causam aos indivíduos negros: autorrejeição, desenvolvimento de baixa autoestima com ausência de reconhecimento de capacidade pessoal; rejeição ao seu outro igual racialmente; timidez, pouca ou nenhuma participação em sala de aula; ausência de reconhecimento positivo de seu pertencimento racial; dificuldades no processo de aprendizagem; recusa em ir à escola e, conseqüentemente, evasão escolar (CAVALLEIRO, 2005).

A reprodução do preconceito se manifesta incansavelmente na linguagem escolar, tanto dos alunos, como dos professores, gestores e todos os funcionários da educação. E muitas das vezes, as atitudes racistas que se dão no interior da sala de aula não são levadas a sério. São provocações, piadinhas e apelidos — geralmente “amenizados” por sorrisos — e que terminam sendo vistos como “brincadeiras” e não como afronta e desrespeito que precisam ser considerados (SOUSA, 2005). O silêncio sobre a discriminação racial, preconceitos e racismo nas instituições, contribui com a ideia de que negros são inferiores aos brancos e que esta prática é condizente, correta e aceitável no ambiente.

A reprodução da discriminação se faz presente também na linguagem verbal e simbólica dos materiais didáticos, que são disponibilizados nas escolas públicas pelo governo, tais como os livros didáticos, apostilas, jornais que, em geral, apresentam apenas pessoas brancas como referência positiva. Não ser visível nas ilustrações do livro didático e, por outro lado, aparecer desempenhando papéis subalternos, pode contribuir para a criança que pertence ao grupo étnico/racial invisibilizado e estigmatizado desenvolver um processo de autorrejeição e de rejeição ao seu grupo étnico/racial (SILVA, 2008, p.95).

A invisibilidade e o recalque dos valores históricos e culturais de um povo, bem como a inferiorização dos seus atributos adscritivos, através de estereótipos, conduz esse povo, na maioria das vezes, a desenvolver comportamentos de auto-rejeição, resultando em rejeição e negação dos seus valores culturais e em preferência pela estética e valores culturais dos grupos sociais valorizados nas representações (SILVA, 2005, p 22.).

Essa autorrejeição com a própria cultura faz com que os negros se familiarizem com a tese do branqueamento, que teve sua grande repercussão entre o final do século XIX e o começo do século XX, com o objetivo de conseguir um padrão genético superior para a “raça” humana, padrão este que considerava o homem branco europeu com a melhor saúde, a maior beleza e a maior competência em comparação às demais “raças”, como os povos indígenas e os africanos.

Ao veicular estereótipos que expandem uma representação negativa do negro e uma representação positiva do branco, o livro didático está expandindo a ideologia do branqueamento, que se alimenta das ideologias, das teorias e estereótipos de inferioridade/superioridade raciais, que se conjugam com a não legitimação pelo Estado, dos processos civilizatórios indígena e africano, entre outros, constituintes da identidade cultural da nação (SILVA, 1989, p 57).

Nesse sentido, as pessoas tendem a reproduzir o preconceito no qual são vítimas, disseminando conceitos que desvalorizam a cultura negra, cometendo práticas racistas com os próprios negros, a fim de conseguir chegar a uma aparência semelhante aos brancos. E quando não são influenciados por essa ideologia, no âmbito educacional, além do constrangimento do conteúdo ser estudado desse modo podendo ter preconceito incutido na cabeça do professor, os alunos apresentam dificuldades, são desestimulados e prejudicados em seu aprendizado e até mesmo impedindo o seu sucesso escolar.

2.2.2 Influência na Construção Identitária

O processo de construção identitária negra no nosso país é bem complexo. É um desafio constante construir uma identidade negra positiva em uma sociedade marcada historicamente, que os negros desde antigamente são tratados como inferiores, discriminados e desvalorizados por causa da sua matriz africana.

Sendo entendida como um processo contínuo, construído pelos negros e negras nos vários espaços – institucionais ou não – nos quais circulam, podemos concluir que a identidade negra também é construída durante a trajetória escolar desses sujeitos e, nesse caso, a escola tem a responsabilidade social e educativa de compreendê-la na sua complexidade, respeitá-la, assim como às outras identidades construídas pelos sujeitos que atuam no processo educativo escolar, e lidar positivamente com a mesma. (GOMES, 2005, p. 44).

A obrigatoriedade de inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos da Educação Básica, referente à lei 10639/2003, estabelece novas diretrizes e práticas pedagógicas, com o propósito de que reconheçam a importância dos africanos e afro-brasileiros no processo de formação nacional. (Parecer CNE/CP nº. 03 de 10 de março de 2004). Diante disso, este conteúdo trabalhado em salas de aulas provocará nos alunos negros uma compreensão da sua cultura e um apoio para a sua construção identitária sem receio e vergonha do seu passado e de ser quem são.

É a ausência de referência positiva na vida da criança e da família, no livro didático e nos demais espaços mencionados que esgarça os fragmentos de identidade da criança negra, que muitas vezes chega à fase adulta com total rejeição à sua origem racial, trazendo-lhe prejuízo à sua vida cotidiana (ANDRADE, 2005, p 120).

O texto original da nova Lei de Diretrizes e Bases definia no Artigo 26: O ensino de História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia. Portanto, nesse contexto os professores possuem uma grande responsabilidade de abordar adequadamente a história do negro, levando em conta que os alunos a tenham como base para construir sua identidade.

3 PESQUISA DE CAMPO

3.1 Método

Tendo como ponto de partida a revisão de literatura, caracterizada como pesquisa bibliográfica, essa pesquisa possui caráter quantitativo, com análise

estatística e descritiva dos dados coletados e, também, qualitativa, com análise das respostas apresentadas pelos colaboradores quando da aplicação do questionário.

3.2 Local

A presente pesquisa foi realizada em uma escola dos anos iniciais do Ensino Fundamental da rede municipal de Monte Azul Paulista, São Paulo.

3.3 Participantes

Colaboraram com a pesquisa oito professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental, sendo que quatro lecionam no quarto ano e os outros quatro no quinto ano em uma escola do município de Monte Azul Paulista no interior do Estado de São Paulo. Para melhor definição dos participantes, é apresentada a caracterização desse grupo no quadro 1.

Quadro1- Definição dos participantes

Participantes	Sexo	Tipo de formação	Modalidade	Tempo de experiência no Ensino Fundamental	Pós Graduação
P1	F	Pedagogia	Presencial	10 anos	Não
P2	F	Pedagogia	EAD	5 anos	Não
P3	F	Magistério/ Pedagogia	Presencial	24 anos	Sim
P4	F	Magistério	Presencial	13 anos	Não
P5	F	Magistério/ Pedagogia	Presencial	20 anos	Não
P6	M	Magistério	Presencial	8 anos	Não
P7	F	Magistério/ Pedagogia	Presencial	17 anos	Não
P8	F	Pedagogia/ Matemática	Presencial/ EAD	22 anos	Não

Fonte: Elaboração própria

De acordo com o quadro 1, constata-se que entre os oitos participantes, somente um é do sexo masculino, havendo o predomínio do sexo feminino. Quanto

à formação profissional, observa-se que seis tiveram formação em nível superior no curso de Licenciatura em Pedagogia, sendo quatro em cursos presenciais e dois à distância, enquanto que dois participantes possuem formação apenas em nível de ensino médio, com curso de Magistério. Destaca-se ainda, que somente um dos docentes participantes da pesquisa possui curso de pós-graduação. Quanto ao tempo de experiência na docência do Ensino Fundamental, há uma variação entre 5 e 24 anos.

3.4 Aspectos Éticos

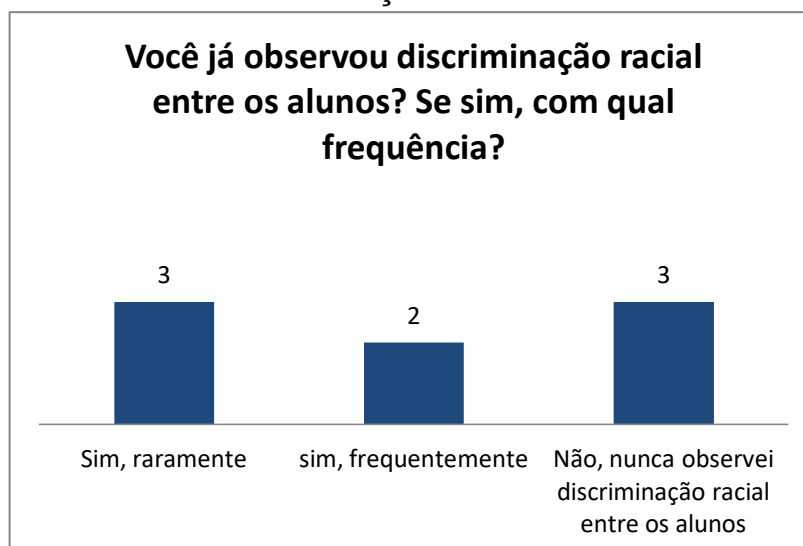
A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário UNIFAFIBE, Bebedouro SP, estando sob o número 68724217.3.0000.5387. Salienta-se que após a aprovação, foi realizado um diálogo com a diretora da escola e com os professores participantes, com o propósito de apresentar informações e esclarecimentos sobre os objetivos do trabalho, enfatizando a importância da participação e envolvimento dos mesmos. Posteriormente aos esclarecimentos, solicitou-se aos professores que aceitaram participar da pesquisa, que assinassem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

3.5 Coleta e análise de dados

Para a coleta dos dados de análise do estudo, foi utilizado um questionário contendo oito questões, sendo cinco fechadas de múltipla escolha e três abertas. Na presente pesquisa optou-se por utilizar estatísticas descritivas com base no emprego de gráficos e tabela, permitindo investigar os resultados obtidos em cada questão aplicada aos participantes.

3.6 Resultados e Discussões

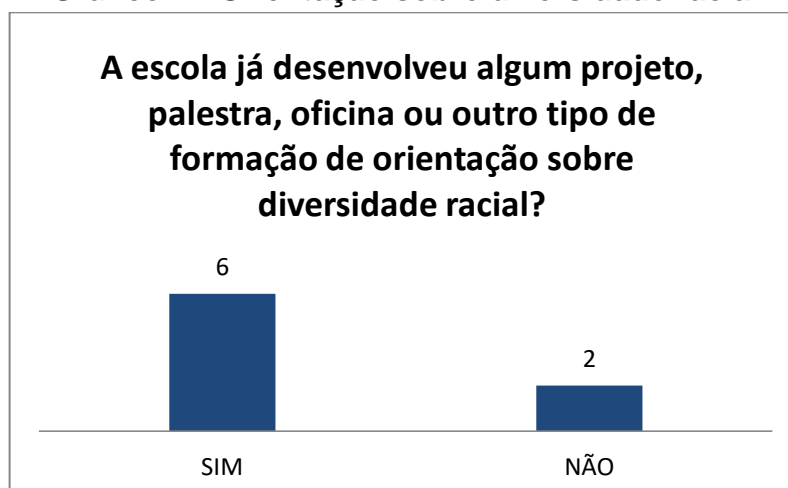
A primeira pergunta inserida no questionário apresentado aos professores participantes foi “Você já observou discriminação racial entre os alunos? Se sim, com qual frequência?” As respostas são apresentadas no gráfico 1.

Gráfico 1- Discriminação racial entre os alunos

Fonte: Elaboração própria

Identifica-se no gráfico 1 que a observação dos professores diante a discriminação racial entre os alunos na sala de aula é discrepante, visto que três verificam que há discriminação raramente entre os alunos, dois analisam que há frequentemente e três dos participantes afirmam que nunca observaram discriminação racial entre os alunos. Contudo, é perceptível que a discriminação racial está presente na sala de aula e a maioria dos participantes já presenciou.

A segunda pergunta apresentada aos professores participantes da pesquisa foi sobre o desenvolvimento de projetos ou outras ações voltadas para a questão da diversidade racial, cujas respostas podem são apresentadas no gráfico 2.

Gráfico 2 - Orientação sobre diversidade racial

Fonte: Elaboração própria

Como se pode observar no gráfico 2, de acordo com os professores a escola reconhece a importância da orientação sobre a diversidade racial, visto que a maioria dos participantes afirma que a instituição já desenvolveu algum tipo de projeto, palestra ou oficina referente ao tema. Entretanto, dois participantes informam que a escola nunca desenvolveu nada a respeito.

Em relação à questão referente ao gráfico 2, foi solicitado aos docentes colaboradores da pesquisa que comentassem sobre a resposta indicada, e o resultado é apresentado no quadro 2.

Quadro 2 – Comentários referentes as orientação sobre diversidade racial

P1	Existem projetos relacionados à cidadania de uma maneira geral, atingindo diversos temas, mas não abordando o tema de forma individualizada.
P2	Diariamente utilizo textos, dinâmicas, vídeos e reflexões com o intuito de conscientizar e combater todas as formas de preconceito e discriminação.
P3	Toda informação, palestra ou outros assuntos ajudam muito o professor a lidar com a situação em sala de aula.
P4	Tal tema é sempre abordado, principalmente por se tratar de um tema transversal previsto nos PCN (o participante citou RCNs, mas provavelmente se enganou, pois se trata de dois segmentos de ensino distintos).
P5	Toda palestra, oficina ou outro sobre esse assunto ajuda muito o professor a lidar com a situação em sala de aula.
P7	Diariamente combatemos as formas de preconceito, através do diálogo, textos, exemplos e reflexões.
P8	Roda de conversa, palestras e debates.

Fonte: Elaboração própria

Entre os dois professores que informaram que a escola nunca desenvolveu nada a respeito, apenas um participante não fez comentário em relação às orientações sobre a diversidade racial, enquanto o outro comenta que os projetos realizados não abordam o tema de forma individualizada. Sendo assim, as declarações acima colocam em evidência que a temática é trabalhada de uma maneira geral com palestras, reflexões e conversas sobre o assunto. O ensino dessa temática com base nas ações educativas de combate ao racismo e a

discriminações deve ocorrer no dia a dia da unidade escolar podendo ser por meio de atividades curriculares ou não, as quais devem proporcionar momentos de diálogo e procurar formas de convivência respeitosa. (BRASIL, 2004, p 20-21).

A terceira questão inserida no questionário, de múltipla escolha, referiu-se às possíveis formas de superação da discriminação racial em sala de aula. As respostas são apresentadas no gráfico 3 e analisadas na sequência.

Gráfico 3 – Como superar questões de discriminação

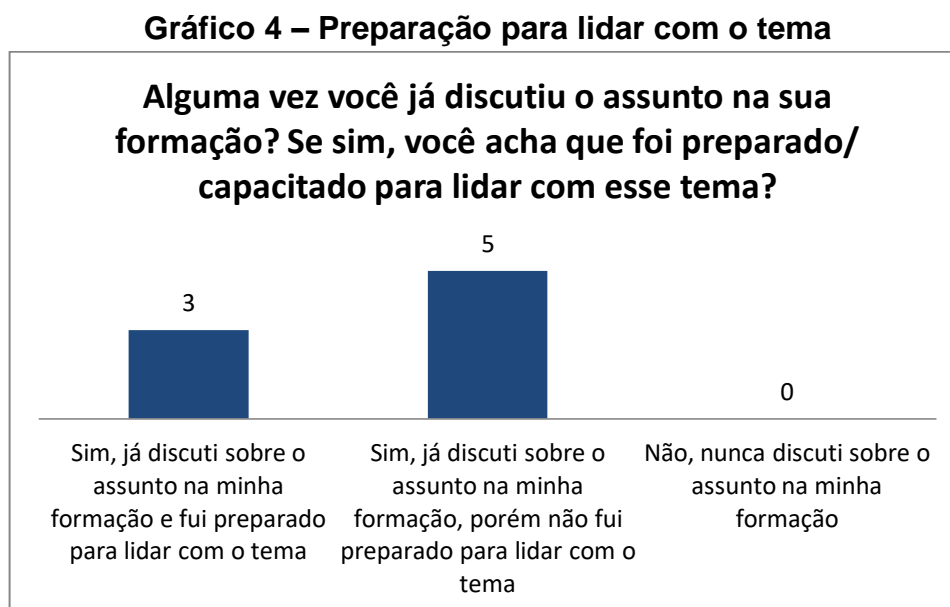


Fonte: Elaboração própria

É possível perceber que todos os participantes acreditam que como docentes podem ajudar a superar a discriminação em sala de aula, de forma que abordem o assunto junto aos alunos para conscientizá-los e promovam brincadeiras e inserções pedagógicas para trabalhar o respeito à diversidade. Além disso, sete dos participantes afirmam acreditar que devem repreender os alunos que praticam a discriminação. Desta forma, conforme Oliveira (2007, p. 30), cabe ao professor mediar as situações de discriminação ao percebê-las entre as crianças para aprender modos de lidar e atitudes eficazes de combatê-las.

No entanto, para que o professor possa promover essa mediação, faz-se necessário que ele tenha algum preparo para lidar com tal situação, aspecto que foi

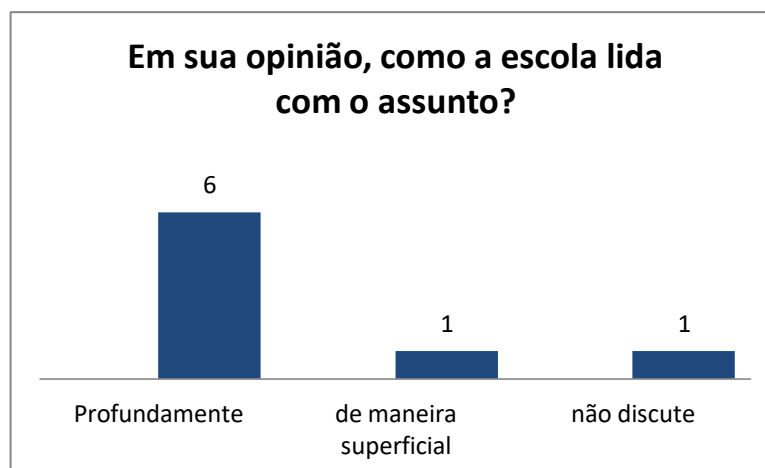
inserido no questionário por meio de uma pergunta fechada, conforme á apresentada no gráfico 4.



Fonte: Elaboração própria

O gráfico evidencia que todos participantes já discutiram o assunto durante a sua formação como docente. Revela que cinco professores não consideram que foram preparados para lidar com o tema, enquanto apenas três acreditam que foram capacitados para lidar com a discriminação racial. Desse modo, é perceptível que falta capacitação e preparação para os professores lidarem com o assunto.

Partindo do pressuposto que o enfrentamento da discriminação não é exclusividade do docente, mas da comunidade escolar como um todo, foi inserida uma questão sobre a forma como a escola lida com o assunto, sendo que as respostas são indicadas no gráfico 5.

Gráfico 5 – Como a escola lida com o assunto

Fonte: Elaboração própria

Para a maioria dos participantes, a escola lida profundamente com o assunto da discriminação racial. Porém, enquanto um docente afirma que a escola trata o tema de maneira superficial, outro indica que a escola não promove discussões acerca desta temática.

A última questão inserida no questionário referiu-se a indicação de situações de discriminação que tenham sido presenciadas pelos professores no cotidiano escolar, as quais são apresentadas no quadro 3.

Quadro 3 - Situações de discriminação presenciadas pelos professores

P1	Em alguns momentos os alunos inevitavelmente, como reflexo social, tem palavras como “neguinho” ou até “macaco”. Com naturalidade e clareza, sempre destacamos que todos os cidadãos são iguais, tem os mesmos direitos e deveres diante a sociedade (garantidos por lei), independentemente de cor, raça, religião, orientação sexual.
P2	Vivo presenciando algumas situações de discriminação até na minha própria família.
P3	Bullying com a cor de pele do outro, brincadeiras de mal gosto, racismo (...) tudo isso já presenciei.

P4	No cotidiano da sala de aula presenciamos discriminações voltadas para etnia (branco, negro), para condições socioeconômicas (pobre, rico), para aparência física (gordo magro). Sinto-me com a responsabilidade de atuar como parceiro mais experiente e conscientizar todos sobre a necessidade de nos respeitarmos mutuamente.
P5	Presenciei uma pessoa não chegar perto da outra por causa da cor da sua pele. Senti-me constrangida, chateada e sem ação.
P7	As discriminações presenciadas por mim foram através de agressões verbais e geralmente os agressores apresentavam histórias de agressões sofridas por eles.

Fonte: Elaboração própria

De acordo com o quadro 3, é notório que a discriminação está presente de várias formas na sala de aula e na sociedade como um todo, principalmente por meio de agressões verbais, consideradas como “brincadeiras de mal gosto”. É possível perceber que poucos professores estão capacitados profissionalmente para lidar com a discriminação racial no ambiente escolar, embora a maioria tenha presenciado situações como esta. Entretanto, alguns revelam que se sentem na responsabilidade de intervir e conscientizar seus alunos evidenciando o respeito e igualdade que deve haver entre todos, pois, como afirma Santos (2007, p 138), “o não acesso à informação e formação específica sobre relações raciais, não o isenta da responsabilidade e sensibilidade com o tratamento da diversidade e proteção dos alunos frente às situações de discriminação”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio desta pesquisa foi possível observar a importância do estudo sobre a discriminação racial presente no ambiente escolar. Por meio da revisão bibliográfica, considera-se que a abordagem da temática, poderá contribuir na ampliação do conhecimento acerca da influência que as práticas discriminatórias presentes na sala de aula causam na vida do aluno.

Através do estudo de caso, foi possível constatar a necessidade dos profissionais da educação em ampliar sua formação quanto ao assunto, haja vista a

falta de capacitação dos mesmos, para que possam desenvolver ações pedagógicas e fazerem intervenções adequadas quando ocorrer esta prática.

Por fim, destaca-se que a pesquisa poderá contribuir na ampliação do conhecimento dos docentes acerca do assunto discutido, sendo possível a construção de uma pedagogia inclusiva, emancipadora e que seja capaz de combater todas as formas de discriminação.

REFERÊNCIAS

ANDRADE. Inaldete Pinheiro de. Construindo a Auto-Estima da Criança Negra In: MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação, 2005.

BRASIL. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-raciais**. Brasília: Secad, 2006, p.215-17.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC, 2004.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. Introdução. In BRASIL. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. 1998.

GOMES. Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In BRASIL. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 39-62

GOMES. Nilma Lino. Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade. In: **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola** / Eliane Cavalleiro (org.) São Paulo: Selo Negro, 2001.

LOPES, Nei; **O Racismo explicado aos meus filhos**. Rio de Janeiro; Agir; 2007.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. Educação e identidade afrodescendente. In: **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola** / Eliane Cavalleiro (org.) São Paulo: Selo Negro, 2001.

OLIVEIRA, Lúcio. **Tímidos ou indisciplinados?** Coleção Percepções da diferença. Negros e brancos na escola. Volume 7. Nove&Dez Criação e Arte.2007.

SANTOS, Ângela Maria. **Vozes e silêncio do Cotidiano escolar: as relações raciais entre alunos negros e não-negros em duas escolas públicas no município de Cáceres-MT.** Trabalho de Conclusão de Curso (pós – graduação em Educação), Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2007.

SANTOS, Isabel Aparecida. A responsabilidade da escola na eliminação do preconceito racial: alguns caminhos. In: **Racismo e anti-racismo na educação– repensando nossa escola** / Eliane Cavalleiro (orgs.) São Paulo: Selo Negro, 2001.

SILVA, Ana Célia. A Desconstrução da Discriminação no Livro Didático In: **MUNANGA, K (org.). Superando o racismo na escola.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação, 2005.

SILVA, Ana Célia da. Estereótipos e preconceitos em relação ao negro no livro de Comunicação e Expressão de 1º grau, nível I. Projeto de pesquisa. Cadernos de Pesquisa. Fundação Carlos Chagas, nº 63, 96-98, São Paulo, 1987, p.96-98.

SILVA, Maria Aparecida. Formação de educadores/as pra o combate ao racismo: mais uma tarefa essencial. In: **Racismo e anti-racismo na educação– repensando nossa escola** / Eliane Cavalleiro (orgs.) São Paulo: Selo Negro, 2001.

SILVA, Paulo Vinicius Baptista. **Racismo em livros didáticos– Estudo sobre negros e brancos em livros de Língua Portuguesa.** São Paulo: Autêntica, 2008.

SOUSA, Francisca Maria do Nascimento. Linguagens escolares e reprodução do preconceito. In BRASIL. **Educação anti-racista:** caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.p.112

SOUZA, I. S.; MOTTA, F. P. C; FONSECA, D. **Estudos sociológicos e antropológicos.** São Paulo, 2002. Disponível em: <http://www4.faculdadepromove.br/expressao/index.php/files/article/download/38/31>. Acesso em: 11 agosto 2017

VALENTE, Ana Lúcia Eduardo Farah. **Ser negro no Brasil hoje**. 15ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 1996, (Coleção Polêmica).

Recebido em 11/12/2017

Aprovado em 16/3/2018